



AZ@BXL

Número: 330

Data: 2024.10.04

No título: [Rocha do Chambre PRC6TER](#), [Parque Natural da ilha Terceira](#)

Nota: *A série atual percorre os trilhos pedestres dos Açores (61). Esta quadragésima terceira edição aventura-se pelo trilho da “[Rocha do Chambre PRC6TER](#)”, na ilha Terceira.*

Este trilho circular dá a conhecer o interior da ilha Terceira, encontrando-se maioritariamente inserido na Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Planalto Central e Costa Noroeste, fazendo ainda uma incursão na Reserva Natural do Biscoito da Ferraria e Pico Alto.

São cerca de 9 quilómetros de caminhada em ambientes diversos, onde terá oportunidade de contemplar a imponente paisagem sobre a Reserva Natural do cimo da Rocha do Chambre. Este percurso atinge uma altitude de 700 metros, sendo aconselhável percorrê-lo em dias de bom tempo e visibilidade.

O trilho começa e termina numa canada de terra batida na zona da Malha Grande, na interceção com a Estrada Regional 3-1, na descida que leva ao centro da freguesia dos Biscoitos.

*Começando nesta canada, siga por um troço ladeado por exemplares de flora nativa, de que são exemplo o cedro-do-mato (*Juniperus brevifolia*), a urze (*Erica azorica*) e o tamujo (*Myrsine retusa*). Mais adiante, encontra uma bifurcação onde deve seguir pela esquerda. Chegando a um entroncamento, vire à direita e caminhe por uma mata de criptoméria (*Cryptomeria japonica*), acompanhando um curso de água torrencial, onde a avifauna está representada por exemplares de melros (*Turdus merula azorensis*), estrelinhas (*Regulus regulus inermis*) e tentilhões (*Fringilla coelebs moreletti*).*

Ao chegar a uma zona de pastagem, passe uma cancela que dá acesso a uma canada de terra batida, que o leva novamente a uma mata. A zona florestal dá lugar a uma clareira, de onde é possível contemplar a parede da Caldeira do vulcão do Pico Alto.

Siga pela esquerda, junto à falésia, até ao ponto mais alto (704 metros de altitude) da Rocha do Chambre – o Juncal. Esta área para além de rica em vegetação endémica, caracteriza-se também pelos domos traquíticos, que constituem a Reserva Natural do Biscoito da Ferraria e Pico Alto. Continue junto à falésia, atravesse a ponte e passe junto a um miradouro com vista para a Rocha do Chambre.

De seguida, desça por campos agrícolas e aproveite para observar as diversas formações vulcânicas que a paisagem oferece. Chegando ao fim do último pasto, siga pela direita por uma canada de terra batida, passe por um portão à sua esquerda e continue pelo caminho ladeado por um muro de pedra e urze. Ao chegar à bifurcação, vire à esquerda para chegar ao local onde iniciou o trilho.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

DESTAQUES



[Audições do Parlamento Europeu com os comissários indigitados terão início em 4 de novembro](#)

[Relatório sobre a aplicação da Comunicação: Prioridade às pessoas, garantir um crescimento sustentável e inclusivo e libertar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE](#)

[Comissão reforça o apoio à aplicação do Regulamento Desflorestação da UE e propõe mais 12 meses de introdução progressiva](#)

[Comissão distribui 35 500 passes de viagem DiscoverEU gratuitos aos jovens](#)

[Pacote de procedimentos de infração de outubro: principais decisões](#)

[Eurobarómetro: custo de vida é a maior preocupação dos europeus](#)



7 a 9 de outubro



Sessão Plenária do Comité das Regiões Europeu

Nesta sessão plenária de outubro, destaca-se a apresentação pelo Presidente do Comité das Regiões Europeu, Vasco Cordeiro, do relatório sobre o “Estado das Regiões e dos Municípios da União Europeia”, no qual é apresentada uma panorâmica dos desafios mais prementes enfrentados pelas regiões e municípios em toda a União, que ajuda a fundamentar as decisões políticas da UE; o debate sobre 20 anos após o alargamento da UE em 2004: lições aprendidas e perspetivas; o debate sobre as prioridades da Presidência húngara do Conselho da UE com: Barna Pál Zsigmond, Secretário de Estado e Vice-Ministro do Ministério dos Assuntos da União Europeia da Hungria; e, o debate sobre as oportunidades de investimento para os municípios e as regiões com: Nadia Calviño, Presidente do Banco Europeu de Investimento.

Pode encontrar mais informações sobre a sessão plenária de outubro do Comité das Regiões Europeu [aqui](#).

7 a 10 de outubro



Sessão Plenária do Parlamento Europeu

Nesta primeira sessão plenária do mês de outubro em Estrasburgo é de destacar: a avaliação pelo Parlamento da escalada da violência no Médio Oriente e os mais recentes acontecimentos no Líbano, com a participação do alto representante da UE, na terça-feira de manhã; o debate com a Comissão Europeia, na segunda-feira, sobre as implicações da reintrodução dos controlos nas fronteiras para o futuro do espaço Schengen; o debate com a Comissão, na quarta-feira, sobre as formas de incentivar o investimento público e privado em habitação digna e a preços acessíveis na Europa; os fogos florestais que atingiram o Sul da Europa, em particular Portugal e Grécia, em setembro, serão tema de um debate com representantes da Comissão Europeia, na tarde de segunda-feira; o debate na quarta-feira, às 9h locais, com o primeiro-ministro Viktor Orbán, sobre o programa da Presidência semestral do Conselho da União Europeia (UE); o debate e a aprovação de mil milhões de euros do Fundo de Solidariedade, para apoiar os esforços de recuperação em cinco países da UE relacionados com graves inundações em 2023; entre outros pontos da Agenda.

Pode aceder [aqui](#) à agenda e a outras informações relativas aos trabalhos desta primeira sessão plenária do mês de outubro do Parlamento Europeu.

7 a 10 de outubro



22ª edição da Semana Europeia das Regiões e dos Municípios

A [Semana Europeia das Regiões e dos Municípios](#) (#EURegionsWeek) é o maior evento anual em Bruxelas dedicado à política de coesão. Tornou-se uma plataforma neutra para debater os desafios comuns das regiões e cidades da Europa, reunindo uma comunidade diversificada de oradores e participantes.

Qual é o objetivo da “EURegionsWeek”? Discutir os desafios comuns que se colocam às regiões e cidades da Europa e examinar possíveis soluções, reunindo políticos, decisores, peritos e profissionais da política de coesão, bem como partes interessadas do setor empresarial, da banca, do meio académico, das instituições da UE e dos meios de comunicação social; proporcionar uma plataforma para o reforço de capacidades, a aprendizagem e o intercâmbio de experiências e boas práticas para os responsáveis pela execução da política de coesão da UE e pela gestão dos seus instrumentos financeiros; facilitar a cooperação e a criação de redes entre regiões e cidades; contribuir para o debate sobre a política de coesão da UE num contexto mais vasto, incluindo investigação recente e pontos de vista de países terceiros e organizações internacionais.

Todas as informações relativas ao programa podem ser consultadas [aqui](#), tendo as inscrições terminado no passado dia 30 de setembro.

8 de outubro



Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

O Conselho debaterá a implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Os ministros debaterão o impacto económico e financeiro da agressão da Rússia contra a Ucrânia. Espera-se que o Conselho aprove conclusões sobre o financiamento da luta contra as alterações climáticas e sobre a revisão da lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais.

Mais informação sobre a agenda da reunião disponível [aqui](#).

9 de outubro



4.º Fórum sobre Boas Práticas na Cadeia de Abastecimento Agroalimentar

O 4.º Fórum “Do Prado ao Prato”, um importante evento anual para todos os intervenientes na cadeia de abastecimento alimentar na UE, centrar-se-á na forma como os produtores podem aumentar os rendimentos através da participação ativa na cadeia de valor.

Lançado em dezembro de 2021, o Fórum sobre Boas Práticas na Cadeia de Abastecimento Agroalimentar é uma das ações previstas pela Comissão Europeia no âmbito da Estratégia “Do Prado ao Prato”. O fórum visa reforçar a cooperação entre os produtores primários e outros intervenientes, melhorar a posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar e aumentar a transparência do mercado.

A quarta edição do fórum terá lugar em Bruxelas, **em 9 de outubro de 2024**. Todos os intervenientes no setor agroalimentar são convidados a inscrever-se através da [página do evento](#).

As inscrições para o fórum estão abertas até 30 de agosto de 2024 e os participantes selecionados receberão a confirmação de sua participação o mais rápido possível após esse prazo.

Até 14 de outubro



Inscrições abertas para o concurso da UE para jovens tradutores

As escolas podem inscrever-se no concurso anual de tradução [Juvenes Translatores](#) para alunos do ensino secundário organizado pela Comissão Europeia até 14 de outubro.

Todos os anos, a Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia organiza o **concurso Juvenes Translatores** para as escolas de toda a União Europeia. O concurso de tradução proporciona uma experiência de tradução aos jovens de 17 anos (nascidos em 2007), incentiva-os a aprender línguas e poderá inspirá-los a tornarem-se tradutores profissionais.

O período de inscrição termina às 11h00 de 14 de outubro de 2024.



Convite à apresentação de propostas no valor de 90 milhões de euros no âmbito da política de coesão reforça a inovação urbana em toda a UE

Para reforçar e fortalecer ainda mais o desenvolvimento urbano sustentável nas cidades da EU, a Comissão Europeia [lançou](#) um terceiro convite à apresentação de propostas no valor de 90 milhões de euros no âmbito da [Iniciativa Urbana Europeia](#) (IUE). Os projetos selecionados no âmbito deste convite testarão soluções inovadoras nas cidades para as ajudar a concretizar as transições ecológica e digital.

Os projetos devem centrar-se numa das duas prioridades seguintes: transição energética – experimentar e explorar soluções inovadoras tangíveis que garantam sistemas energéticos locais acessíveis, seguros e mais limpos; tecnologia nas cidades – explorar tecnologias emergentes e soluções digitais para melhorar os serviços públicos, a governação urbana, a qualidade de vida, a participação dos cidadãos e garantir que as nossas cidades são mais seguras e acessíveis a todos.

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) cofinanciará 80% dos custos do projeto, recebendo cada projeto até 5 milhões de euros. Parte deste financiamento apoiará a transferência de conhecimentos e a adaptação destas soluções testadas a outras cidades da EU, a fim de garantir que os projetos locais tenham um impacto social e económico mais vasto na Europa. Os restantes 20% serão cobertos pelas autoridades locais e pelos parceiros do projeto. Convidam-se os representantes interessados das cidades da EU a consultar a [página Web da IUE](#) para obter informações pormenorizadas sobre o processo de candidatura. O prazo para apresentação de propostas termina a 14 de outubro de 2024.

Até 16 de outubro



Prémio da UE para os Campeões da Igualdade de Género

O convite à apresentação de candidaturas para os Campeões da Igualdade de Género já [abriu](#). As organizações interessadas podem candidatar-se em linha através do Portal [Financiamento e Concursos](#) até 16 de outubro de 2024, às 17h00 (hora da Europa Central).

Este prémio distingue realizações notáveis alcançadas através da execução de Planos para a Igualdade de [Género](#) (GEP) criados por universidades, instituições de ensino superior e outras organizações que realizam investigação (públicas ou privadas), estabelecidas num Estado-Membro da UE ou num país terceiro [associado](#) ao Horizonte Europa.

Os candidatos só podem candidatar-se a uma das três categorias e os vencedores de edições anteriores não podem voltar a candidatar-se a outra categoria.

Os resultados serão anunciados oficialmente durante uma cerimônia de premiação a ser realizada em 2025. **Cada vencedor receberá um troféu e um prémio de 100 000 euros.**

Os critérios de admissibilidade, elegibilidade e atribuição são descritos em pormenor no [regulamento do concurso](#), que deve ser lido cuidadosamente por todos os candidatos antes de apresentarem a sua candidatura.

Até 22 de outubro



Comissão convida à apresentação de pedidos de financiamento para projetos transfronteiriços de energia limpa no âmbito do Mecanismo Interligar a Europa

A Comissão Europeia [lançou](#) um novo convite à apresentação de propostas no valor de 850 milhões de euros para apoiar projetos de infraestruturas energéticas no âmbito do Mecanismo Interligar a Europa. Este é o primeiro convite à apresentação de

propostas de financiamento para a primeira lista de projetos de interesse comum e de projetos de interesse mútuo estabelecida ao abrigo do regulamento revisto relativo às redes transeuropeias de energia (RTE-E). O regulamento e a lista revistos estão alinhados com o Pacto Ecológico Europeu e ajudarão a EU a atingir os seus ambiciosos objetivos em matéria de clima e energia. É a primeira vez que os projetos de redes elétricas *offshore* e de hidrogénio são elegíveis para apoio ao abrigo do MIE e que as infraestruturas de combustíveis fósseis estão excluídas.

Os promotores de projetos poderão candidatar-se ao cofinanciamento da EU sob a forma de subvenções para estudos e obras de construção. O convite está aberto até 22 de outubro de 2024 e, a 14 de maio, a Comissão organizará uma jornada informativa virtual para apresentar o convite e informar as partes interessadas sobre o processo de candidatura e avaliação.



Consulta Pública: Rótulo «emissões de voo»

O Regulamento ReFuelUE Aviação cria um regime voluntário de rotulagem para os voos, baseado numa metodologia comum, normalizada e acessível ao público para calcular as emissões dos voos. O rótulo permitirá aos passageiros fazer escolhas informadas ao comparar as opções de voo.

Esta iniciativa estabelecerá os critérios e indicadores para a metodologia comum, que se baseará no trabalho realizado pela Agência Europeia para a Segurança da Aviação.

O período para [apresentação de comentários](#) decorre até ao dia 22 de outubro 2024 de (24 horas - hora de Bruxelas).

24 de outubro



Financiamento da Proteção e Restauração do Solo: Seminário Online

O [seminário](#), organizado pela Direção-Geral do Ambiente da Comissão Europeia, explorará a forma como as diferentes fontes de financiamento e mecanismos financeiros são relevantes para permitir a transição para a visão de solos saudáveis em toda a UE até 2050. Este debate é igualmente relevante no contexto da proposta da Comissão relativa a uma lei de monitorização dos solos para proteger e restaurar os solos e garantir a sua utilização sustentável ([proposta de diretiva relativa à monitorização e resiliência dos solos \(europa.eu\)](#)). Data limite para inscrição: 11 de outubro. [Agenda](#).

Até 28 de outubro



Avaliação intercalar da JASPERS – Assistência técnica da UE às regiões europeias

O JASPERS, um instrumento de Assistência Conjunta de Apoio a Projetos nas Regiões Europeias, é cofinanciado pela Comissão Europeia e pelo Banco Europeu de Investimento.

Ajuda os países da UE a desenvolver projetos que podem receber financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, do Fundo de Coesão, do Mecanismo Interligar a Europa e do Fundo para uma Transição Justa.

A avaliação intercalar analisará a eficácia, a eficiência, a relevância, a coerência e o valor acrescentado da UE dos serviços fornecidos pela JASPERS em 2022-2024.

Pode apresentar os seus comentários [aqui](#).

4 e 5 de novembro



“5th PCI Energy Days”

A [presente edição](#) das Jornadas da Energia [PIC](#) é dedicada à execução prática de [projetos de interesse comum e de projetos de interesse mútuo](#).

São convidados representantes das administrações dos países da UE, reguladores, operadores de rede e promotores de projetos a reunirem-se com a indústria, a sociedade civil e a comunidade financeira em geral para debater e partilhar exemplos bem-sucedidos de como superaram alguns dos desafios mais prementes na construção e modernização das infraestruturas energéticas necessárias para cumprir as metas da UE em matéria de clima e energia para 2030.

O evento tem a duração de dois dias e inclui uma conferência **política centrada** nos aspetos mais críticos da aceleração das infraestruturas energéticas em grande escala, nomeadamente as práticas de cooperação transfronteiriça entre promotores e autoridades, as experiências de licenciamento, a atração de financiamento, a resposta aos desafios em matéria de contratação pública e a exploração de oportunidades para uma abordagem colaborativa do planeamento das redes com e para as comunidades locais.

A participação é apenas presencial, mas o evento será transmitido **em direto via Internet** no canal YouTube da DG Energia em ambos os dias, podendo registar-se para participar neste evento [aqui](#), tendo como **data limite para esse registo as 9 h (CEST) do próximo dia 24 de outubro**.

6 e 7 de novembro



UAS4EUROPE e ERRIN Seminário de Reforço de Capacidades Horizonte Europa

A UAS4Europe e a ERRIN coorganizam um «Seminário de Reforço de Capacidades do Horizonte Europa» nos dias 6 e 7 de novembro de 2024, em Bruxelas.

Este workshop foi especificamente concebido para apoiar os recém-chegados ao Programa Horizonte Europa provenientes de ecossistemas regionais, incluindo universidades de ciências aplicadas, decisores políticos e administrações públicas. O evento de dois dias fornecerá aos participantes informações práticas sobre a forma de abordar o programa Horizonte Europa, identificando tópicos relevantes, criando consórcios bem-sucedidos e preparando candidaturas competitivas para o próximo convite à apresentação de propostas do Horizonte Europa.

O evento decorrerá em formato presencial, podendo encontrar [aqui](#) mais informação sobre o seminário e aceder ao formulário de inscrição, que terá de ser feita até ao dia 11 de outubro de 2024.

12 e 13 de novembro



Semana Europeia da Missão Solos

Marque os seus calendários para a Semana Europeia da Missão Solos 2024, marcada para 12-13 de novembro no BluePoint Bruxelas. Este evento de dois dias contará com atividades envolventes, discursos principais, painéis de discussão e amplas oportunidades de networking. Para aqueles que não puderem comparecer presencialmente, o evento será transmitido ao vivo. Além disso, no dia 14 de novembro, será realizado um evento paralelo exclusivo para projetos financiados pela *Mission Soil*, com foco na gestão de dados, indicadores de solo, monitorização e envolvimento das partes interessadas.

Inscreva-se [aqui](#) na “*Mission Soil Week 2024*”.

20 de novembro



14.º Seminário ATF "O efetivo pecuário é mais do que alimento"

No contexto das alterações climáticas, a medição da utilização dos recursos animais em todas as suas componentes é uma questão fundamental. Inclui a utilização de produtos de origem animal para consumo humano, mas também muitas outras utilizações: fibras, alimentos para animais, energia, estrume para fertilização, biodiversidade e gestão do fogo, nutrição melhorada, isolamento de casas, intervenção médica, produção de medicamentos, bem como cultura e comunidades rurais dinâmicas. Todos estes usos, para além dos alimentos, contribuem para o fecho do ciclo biológico, sendo pontos fundamentais para reduzir o desperdício e valorizar o contributo da produção animal para a bioeconomia circular. Algumas delas, como o estrume, as fibras e a produção de medicamentos, são alternativas à utilização de recursos fósseis e contribuem significativamente para melhorar o equilíbrio climático da produção animal.

Os temas em discussão abrangem todas as espécies e envolve todos os atores, incluindo a produção, a indústria e o setor de valorização de coprodutos.

O 14.º Seminário da Animal Task Force (ATF) irá decorrer em formato híbrido, entre as 9h00 e as 13h00 (horas de Bruxelas) do próximo dia 20 de novembro. Pode registar-se [aqui](#).

Até 26 de novembro



Consulta pública: Arquitetura de segurança energética — balanço de qualidade

A UE dispõe de uma arquitetura de segurança energética abrangente, dividida por setores (por exemplo, eletricidade, gás, petróleo). Durante a crise energética causada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, foram identificadas lacunas no quadro jurídico da UE. Além disso, a transição em curso para as energias limpas está a alterar o panorama energético. O presente balanço de qualidade visa, por conseguinte, avaliar o desempenho da arquitetura de segurança energética da UE e verificar se continua a ser adequada à sua finalidade.

Pode [participar](#) na presente consulta pública respondendo ao questionário em linha, decorrendo o período de consulta até ao dia 26 novembro 2024 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 27 de novembro



Apresentação de candidaturas às redes de doutoramento MSCA

As [redes de doutoramento MSCA](#) executam programas de recrutamento e formação de doutorandos no meio académico e noutros setores, incluindo a indústria, as empresas e as administrações públicas. O regime inclui o desenvolvimento de diplomas conjuntos, incluindo um eventual [diploma europeu](#). **O convite à apresentação de propostas, com um orçamento de 608,6 milhões de euros, será aberto a 29 de maio e encerrado a 27 de novembro.**

10 a 12 de dezembro



EU Agri-Food Days

A segunda edição das Jornadas Agroalimentares da UE terá lugar de 10 a 12 de dezembro de 2024, em Bruxelas. Este evento anual reúne partes interessadas de toda a UE para debater as mais recentes tendências agrícolas, opções políticas e desenvolvimentos do mercado, bem como a forma como a investigação, a inovação e as tecnologias digitais estão a moldar a agricultura europeia de hoje e de amanhã. O evento imperdível de três dias oferece uma plataforma única para o diálogo entre as partes interessadas do sistema agroalimentar da UE, a sociedade civil, o meio académico e os decisores políticos.

Mais informação [aqui](#).

Até 21 de janeiro



Convites à apresentação de propostas de 2024 no âmbito do MIE-Transportes

Os [convites](#) à apresentação de propostas do Mecanismo Interligar a Europa (MIE) -Transportes de 2024 disponibilizam 2,5 mil milhões de euros para construir e modernizar as infraestruturas europeias de transportes. Apoiam a visão da Comissão Europeia de um futuro sistema de transportes sustentável, com soluções inteligentes e resilientes aplicadas para interligar a Europa.

Os projetos financiados no âmbito destes convites ajudarão a tornar a rede transeuropeia de transportes (RTE-T) mais sustentável, inteligente e resiliente e contribuirão para o objetivo da UE de alcançar a neutralidade climática até 2050.

Os convites abrangem as redes principal, principal alargada e global da RTE-T nos seguintes domínios: ferrovias; vias navegáveis interiores; portos marítimos e interiores; segurança rodoviária; terminais multimodais de mercadorias; plataformas multimodais de passageiros; aplicações inteligentes e interoperáveis para os transportes; mobilidade segura e protegida; e, resiliência das infraestruturas.

Os candidatos interessados devem contactar os pontos de contacto [nacionais](#) para o MIE-Transportes (declaração [de](#) confidencialidade), a fim de obter o seu acordo prévio para as suas propostas, **que terão de ser apresentadas até ao dia 21 de janeiro de 2025, às 17h00 (hora da Europa Central).**

Até 5 de fevereiro



MSCA lança convite à apresentação de propostas no valor de 99,5 milhões de euros para intercâmbio de pessoal

A [ação de intercâmbio de pessoal](#) oferece uma oportunidade única para promover a transferência de conhecimentos e a inovação através de colaborações internacionais no domínio da investigação.

O convite à apresentação de propostas para intercâmbios de pessoal no âmbito das Ações Marie Skłodowska-Curie 2024 já está aberto, terminando o prazo para a apresentação de propostas em **5 de fevereiro de 2025**.

A Comissão Europeia afetará 99,5 milhões de **euros** ao financiamento de cerca de **90 projetos** que promovem a cooperação entre organizações na UE e em todo o mundo no domínio da investigação e inovação.

3 a 7 de março



European Ocean Days 2025

A 2.ª edição dos Dias Europeus dos Oceanos, “Dias Europeus dos Oceanos 2025”, terá lugar em Bruxelas, de 3 a 7 de março de 2025, evento organizada pela primeira vez em 2024.

Tal como na edição anterior, será uma semana de eventos relacionados com temas marinhos e marítimos europeus e abrangerá, em dias separados ao longo da semana, a missão da UE Oceano e Águas, ciência das pescas, inovação azul e oportunidades de investimento, atividades de literacia oceânica e muitos outros temas.

Mais detalhes em breve [aqui](#).



Agricultura, Alimentação e Ruralidade

Relatório Especial 20/2024: Planos da Política Agrícola Comum – Mais ecológicos, mas não correspondem às ambições da UE para o clima e o ambiente

A Política Agrícola Comum (PAC) é um domínio de intervenção fundamental da União Europeia (UE) e representa 31% do seu orçamento. Pretende-se que a nova PAC para o período de 2023-2027 seja mais ambiciosa em relação ao ambiente e ao clima, assentando em planos definidos por cada Estado-Membro. O Tribunal de Contas da União Europeia [conclui](#) que os planos são mais ecológicos do que na PAC anterior, mas não correspondem às ambições da União em matéria de clima e ambiente, e faltam elementos fundamentais para avaliar o desempenho ecológico. Com base nas suas constatações, o Tribunal recomenda que a Comissão promova o intercâmbio de boas práticas ecológicas nos planos; estime o contributo da PAC para as metas do Pacto Ecológico; e reforce o futuro quadro de acompanhamento da PAC no respeitante ao clima e ao ambiente.

Pode [aceder](#) aqui ao Relatório Especial 20/2024 na sua versão integral.

Provedor de Justiça Europeu: Maior transparência nos planos nacionais da PAC

A não tomada de uma decisão final pela Comissão Europeia sobre um pedido de acesso do público aos relatórios anuais de desempenho e aos planos estratégicos dos Estados-Membros da UE no âmbito da Política Agrícola Comum para 2023 [levou](#) à apresentação de uma queixa à Provedora de Justiça Europeu (Ombudsman).

Os autores da denúncia, organizações não governamentais ambientais, solicitaram à Comissão Europeia que concedesse acesso público aos relatórios anuais de desempenho e aos planos estratégicos dos Estados-Membros da UE no âmbito da política agrícola comum para 2023. A Comissão recusou o acesso. Ao fazê-lo, invocou uma exceção ao abrigo da legislação da UE relativa ao acesso do público aos documentos, alegando que a divulgação poderia prejudicar um processo decisório em curso. Os queixosos contestaram este facto e solicitaram à Comissão que revisse a sua decisão (apresentando um «pedido confirmativo»), acrescentando que os documentos diziam respeito a «informações ambientais», às quais se aplicam normas de transparência mais elevadas.

Depois de a Comissão não ter respondido dentro dos prazos aplicáveis (considerada uma recusa implícita nos termos do Regulamento n.º 1049/2001), os queixosos dirigiram-se ao Provedor de Justiça.

A Provedora [de Justiça abriu um inquérito](#), durante o qual a Comissão respondeu aos queixosos e tal como a Comissão tinha respondido, a Provedora [de Justiça encerrou o inquérito](#), mas constatou os atrasos significativos registados. Recordou à Comissão que deveria resolver urgentemente a questão em curso dos atrasos no tratamento dos pedidos de acesso do público aos documentos.



Ambiente

Comissão reforça o apoio à aplicação do Regulamento Desflorestação da UE e propõe mais 12 meses de introdução progressiva, em resposta aos apelos dos parceiros mundiais

A Comissão publicou [documentos de orientação](#) adicionais e um [quadro de cooperação internacional](#) mais sólido para apoiar as partes interessadas a nível mundial, os Estados-Membros e os países terceiros nos seus preparativos para a aplicação do Regulamento Desflorestação da UE. Tendo em conta as reações recebidas dos parceiros internacionais sobre o seu estado de preparação, a

Comissão [propõe igualmente conceder às partes interessadas mais tempo para se prepararem](#). Se for aprovada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, **tornará a lei aplicável em 30 de dezembro de 2025 para as grandes empresas e em 30 de junho de 2026 para as micro e pequenas empresas**. Uma vez que todos os instrumentos de execução estão tecnicamente prontos, os 12 meses adicionais podem servir de **período de introdução gradual para assegurar uma execução adequada e eficaz**.

As **orientações** agora apresentadas proporcionarão maior clareza às empresas e às autoridades responsáveis pela aplicação da lei, a fim de facilitar a aplicação das regras, complementando o apoio contínuo da Comissão às partes interessadas desde a adoção da lei. Ao mesmo tempo, a Comissão reconhece que, três meses antes da data de execução prevista, vários **parceiros mundiais manifestaram repetidamente preocupações quanto ao seu estado de preparação, mais recentemente durante a semana da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque**. Além disso, o estado dos preparativos entre as partes interessadas na Europa também é desigual. Enquanto muitos esperam estar prontos a tempo, graças a preparativos intensivos, outros expressaram preocupações.

Tendo em conta o caráter inovador do RDUE, o calendário rápido e a variedade de partes interessadas internacionais envolvidas, a Comissão considera que um **período adicional de 12 meses para introduzir gradualmente o sistema é uma solução equilibrada para ajudar os operadores de todo o mundo a garantir uma aplicação harmoniosa desde o início**. Com esta medida, a Comissão pretende proporcionar segurança quanto ao caminho a seguir e assegurar o êxito da EUDR, que é fundamental para dar resposta ao contributo da UE para a questão premente da desflorestação a nível mundial. **A proposta de prorrogação não põe de modo algum em causa os objetivos ou o conteúdo da legislação, tal como acordado pelos legisladores da UE**.

Pode encontrar mais informações sobre esta proposta da Comissão [aqui](#).



Coesão e solidariedade interna da UE

A meio do seu ciclo de vida, o InvestEU já está a desempenhar um papel fundamental, desbloqueando 218 mil milhões de euros em investimentos para uma UE mais sustentável e competitiva

A Comissão apresentou a avaliação intercalar do InvestEU, o programa de investimento emblemático da UE concebido para facilitar um melhor acesso ao financiamento por parte das empresas em toda a Europa, em apoio de prioridades comuns.

Conclui, nomeadamente, que, a meio do seu ciclo de vida, o InvestEU já desbloqueou 218 mil milhões de euros em investimentos adicionais, com 90 % da garantia da UE atribuída. O programa é composto por três componentes: o Fundo InvestEU, o Portal InvestEU e a plataforma de aconselhamento InvestEU.

Lançado em 2021, o InvestEU unifica 14 instrumentos financeiros e iniciativas de aconselhamento da UE anteriormente geridos de forma independente num único programa coeso, a fim de dar um impulso adicional ao investimento, à inovação e à criação de emprego na Europa. Até 2028, visa mobilizar mais de 372 mil milhões de euros em investimentos públicos e privados adicionais, utilizando uma garantia do orçamento da UE de 26,2 mil milhões de euros para ajudar a financiar a transição verde, digital e social. Esta garantia apoia os investimentos dos parceiros de execução do InvestEU, como o Grupo do Banco Europeu de Investimento e outros bancos públicos nacionais e internacionais, aumentando a sua capacidade de assunção de riscos.

Pode aceder [aqui](#) às principais conclusões e ensinamentos até agora retirados.



Defesa e Segurança

Think Tank informa sobre a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia

Ponto da situação e cenários futuros após dois anos de agressão total da Rússia contra a Ucrânia; se for possível alcançar a paz na Ucrânia; quanto é que a ajuda dos EUA vai para a Ucrânia; explicar a recuperação e reconstrução da Ucrânia; combater a interferência híbrida russa nas sanções da UE; se as sanções comerciais ocidentais forem eficazes; como ganhar a guerra e aderir à NATO; e a forma como a integração do setor energético da Ucrânia na UE são alguns dos temas debatidos na presente atualização.

Pode aceder [aqui](#) a um conjunto de análises produzidas por vários Think Thank em que são abordadas as questões acima suscitadas.



Diplomacia e Solidariedade Externa da UE

Comissão faz balanço da estratégia das parcerias internacionais para aumentar a resiliência tanto a nível interno como externo

A Comissão Europeia [adotou](#) uma comunicação intitulada «[Construir parcerias internacionais sustentáveis enquanto Equipa Europa](#)», que faz o balanço dos progressos alcançados no domínio das parcerias internacionais. Ao longo dos últimos cinco anos, a UE reviu o seu modelo de cooperação para o desenvolvimento à luz da evolução do panorama geopolítico e geoeconómico e dos desafios mundiais, nomeadamente os obstáculos, cada vez maiores, que obstam à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tendo-se afastado da dinâmica doador-beneficiário e evoluído para parcerias mutuamente benéficas, que trazem benefícios para as populações locais e reforçam a resiliência tanto a nível interno como externo. Esta abordagem foi incorporada na estratégia de

investimento Global Gateway lançada em 2021. Ao investir em parcerias, a UE procura posicionar-se num contexto internacional cada vez mais disputado.

Durante a pandemia de COVID-19, as instituições da União Europeia, os Estados-Membros da UE e as instituições financeiras europeias do setor do desenvolvimento fizeram um primeiro esforço para agirem em conjunto enquanto membros da Equipa Europa. Desde então, a Equipa Europa passou a fazer parte integrante do conjunto de instrumentos de ação externa da UE, permitindo-lhe aumentar a escala, o impacto e a visibilidade das suas ações. Após ter integrado também o setor privado, a abordagem Equipa Europa passou a constituir o principal mecanismo de execução da estratégia de investimento Global Gateway da UE.

Prevê-se que, até 2027, a Global Gateway mobilize até 300 mil milhões de euros de investimentos públicos e privados sustentáveis. Entre 2021 e 2023, foram mobilizados 179 mil milhões de euros em investimentos nos nossos países parceiros em todo o mundo, promovendo 225 projetos emblemáticos. Deste montante, 50 mil milhões de euros foram concedidos pela Comissão Europeia e 129 mil milhões foram mobilizados pelos Estados-Membros da UE e pelo BERD.

A estratégia Global Gateway centra-se em cinco domínios prioritários: Clima e energia; Transição digital; Conectividade dos transportes; Saúde; Educação e Investigação; cada um dos quais apoiado por projetos concretos em várias regiões.

A comunicação descreve igualmente as ações desenvolvidas pela UE em contextos e países frágeis, cujo principal objetivo consiste em sanar as causas profundas da fragilidade, suprir as necessidades básicas e reforçar os meios de subsistência das populações segundo a abordagem de correlação entre ajuda humanitária, desenvolvimento e paz.

A UE intensificou os seus esforços para dar uma resposta abrangente que permita combater as causas profundas da migração. A dimensão externa constitui uma componente essencial do Pacto em matéria de Migração e Asilo e, em consonância com esse Pacto, a UE intensificou o diálogo com os países de origem e de trânsito.

A fim de continuar a apoiar a realização dos ODS, a UE reforçou significativamente o seu compromisso multilateral para com instituições mundiais como as Nações Unidas, o G7/G20 e as instituições financeiras internacionais, de modo a contribuir para moldar as políticas mundiais. No âmbito das suas prioridades, a UE efetuou contribuições financeiras substanciais em favor de iniciativas internacionais que promovem a saúde, a educação e a igualdade a nível mundial, incluindo 700 milhões de EUR para a Parceria Global para a Educação (2021-2027), 427 milhões de EUR para o Fundo para a Pandemia e 300 milhões de EUR para a Aliança para as Vacinas (GAVI), a fim de alargar o acesso às vacinas nos países mais pobres.

Uma das suas outras grandes realizações foi o Acordo de Samoa, assinado em novembro de 2023 com os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico, que visa reforçar a cooperação da UE com essas regiões. Este acordo contribui para que a UE possa continuar a desempenhar o seu papel enquanto defensora da juventude, da igualdade, do género e dos direitos humanos.

UE e Balcãs Ocidentais aprofundam a cooperação em matéria de inovação, investigação, educação, cultura, juventude e desporto

Iliana Ivanova, Comissária responsável pela Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude, reuniu-se com ministros dos Balcãs Ocidentais em Skopje, [numa série de reuniões que destacaram os esforços conjuntos na execução da Agenda dos Balcãs Ocidentais para a Inovação, a Investigação, a Educação, a Cultura, a Juventude e o Desporto](#).

Os representantes reafirmaram o seu empenho em intensificar a cooperação para uma maior integração dos Balcãs Ocidentais no Espaço Europeu da Educação, no Espaço Europeu da Investigação e na Agenda Europeia para a Inovação. A UE pretende aproximar os Balcãs Ocidentais da UE e criou um conjunto de ferramentas e instrumentos para acelerar a convergência da região. A mais recente iniciativa da UE, o novo [Plano de Crescimento](#) para os Balcãs Ocidentais, inclui o apoio ao reforço da inovação, às transições ecológica e digital e à oferta de novas oportunidades de educação aos jovens.

Mais detalhes das reuniões e dos assuntos discutidos [aqui](#).

UE reforça ajuda humanitária ao Líbano em 30 milhões de euros, elevando o total para mais de 100 milhões de euros em 2024

À medida que prossegue a escalada das hostilidades entre o Hezbollah e Israel, a Comissão Europeia [anunciou](#) hoje mais 30 milhões de euros em ajuda humanitária para ajudar os mais necessitados no Líbano. Este montante vem juntar-se aos 10 milhões de euros já anunciados em 29 de setembro e eleva o total da ajuda humanitária da UE ao país para mais de 104 milhões de euros este ano.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou: "Estou extremamente preocupada com a constante escalada de tensões no Médio Oriente. Todas as partes devem fazer tudo o que estiver ao seu alcance para proteger as vidas de civis inocentes. Hoje, estamos a intensificar a nossa ajuda humanitária ao povo do Líbano. O nosso novo financiamento garantirá que os civis recebam a assistência tão necessária durante este período tão difícil. Continuamos a apelar a um cessar-fogo através da fronteira com o Líbano e em Gaza, bem como à libertação de todos os reféns."

Este novo pacote de ajuda de emergência proporcionará assistência alimentar urgente, abrigo e cuidados de saúde, entre outros apoios essenciais. A Comissão está também a facilitar a prestação de assistência material a Beirute através do Mecanismo de Proteção Civil da UE.

O conflito provocou deslocamentos de populações sem precedentes no Líbano, com já milhares de vítimas e feridos entre civis.



A aplicação da política comercial proporciona prosperidade e crescimento às empresas da UE

O [valor do comércio da UE](#) abrangido pela vasta rede de 42 acordos com 74 parceiros em vigor em 2023 foi superior a 2,3 triliões de euros de euros, tendo aumentado mais de 30 % nos últimos cinco anos, de acordo com o [Relatório Anual sobre a aplicação e execução da política comercial da UE](#) agora publicado.

As exportações da UE para parceiros comerciais preferenciais estão a aumentar de forma mais constante do que as nossas exportações globais – os nossos acordos preferenciais com a Coreia do Sul e o Canadá, por exemplo, proporcionam um crescimento médio das exportações de 7 % ao ano – e tornaram a UE mais resiliente face aos desafios globais, proporcionando fontes de abastecimento mais seguras e diversificadas para as nossas importações e mercados para as nossas exportações.

Nos últimos cinco anos, a Comissão Europeia eliminou igualmente 140 obstáculos às exportações da UE em mais de 40 países. A eliminação dos obstáculos entre 2018 e 2022 desbloqueou um montante adicional de 6,2 mil milhões de euros de exportações da UE só em 2023.

A abertura de oportunidades de exportação da UE através de acordos comerciais e de uma aplicação e execução eficazes da política comercial beneficia os consumidores e as empresas da UE, incluindo as 680 000 PME da UE que delas dependem para mercados em crescimento. Fazem parte integrante da estratégia a longo prazo da UE para reforçar a competitividade das suas empresas e salvaguardar a sua segurança económica.

A implementação de acordos como o acordo de facilitação do investimento sustentável celebrado com Angola e a aplicação das disposições em matéria de comércio e desenvolvimento sustentável nos acordos existentes desempenham um papel fundamental no apoio à vertente externa da transição digital e verde da União Europeia. No que respeita à cooperação técnica em matéria de comércio e desenvolvimento sustentável, a Comissão acordou em atividades concretas com o Peru e propôs um programa de cooperação técnica à Colômbia para garantir que os direitos laborais são respeitados e defendidos.

A Comissão decide instaurar uma ação contra Espanha, Chipre, Polónia e Portugal no Tribunal de Justiça da União Europeia por não terem notificado as medidas de transposição para o direito nacional da Diretiva (UE) 2022/2523 (Diretiva Pilar 2)

A Comissão Europeia [decidiu](#) instaurar uma ação contra a Espanha, Chipre, a Polónia e **Portugal** no Tribunal de Justiça da União Europeia por não terem notificado as medidas de transposição para o direito nacional da Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, relativa à garantia de um nível mínimo mundial de tributação para os grupos de empresas multinacionais e grandes grupos nacionais na União (Diretiva Pilar Dois).

Todos os Estados-Membros da UE estavam obrigados a colocar em vigor a legislação necessária para dar cumprimento à Diretiva Pilar Dois até 31 de dezembro de 2023 e a comunicar imediatamente o texto dessas medidas à Comissão. Estas medidas são aplicáveis relativamente aos exercícios fiscais com início a partir de 31 de dezembro de 2023.

Até à data, quase todos os Estados-Membros da UE cumpriram estas obrigações, mas as medidas nacionais de execução ainda não foram notificadas pela Espanha, por Chipre, pela Polónia e por Portugal.

A Comissão enviou pareceres fundamentados a Espanha, Chipre, Polónia e Portugal em maio 2024.

A Comissão reconhece que as autoridades estão a envidar esforços significativos para finalizar a sua legislação nacional de execução do Pilar Dois, mas, até à data, estes Estados-Membros não notificaram as medidas de transposição, pelo que decidiu tomar uma medida formal para intentar uma ação contra a Espanha, Chipre, a Polónia e Portugal no Tribunal de Justiça da União Europeia por não transposição das disposições pertinentes da UE.

A transposição da diretiva é fundamental para a aplicação efetiva na União do Pilar Dois, a componente de tributação mínima da reforma da tributação internacional do G20/OCDE. O Pilar Dois limitará o nivelamento por baixo das taxas de imposto sobre as sociedades. Os lucros das grandes multinacionais e grupos ou empresas nacionais com um volume de negócios anual combinado de pelo menos 750 milhões de EUR serão tributados a uma taxa de imposto efetiva mínima que não poderá ser inferior a 15 %. A Comissão considera que a aplicação das regras do Pilar Dois constitui uma prioridade, uma vez que contribuirá para reduzir o risco de erosão da base tributável e de transferência de lucros e assegurará que os maiores grupos multinacionais paguem a taxa mínima mundial de tributação das sociedades acordada.

Proposta da Comissão de impor direitos aduaneiros sobre as importações de veículos elétricos a bateria provenientes da China obtém o apoio necessário dos Estados-Membros da UE

A proposta da Comissão Europeia de instituir direitos de compensação definitivos sobre as importações de veículos elétricos a bateria (BEV) provenientes da China [obteve o apoio](#) necessário dos Estados-Membros da UE para a adoção de direitos aduaneiros. Trata-se de mais um passo no sentido da conclusão do inquérito antissubsídios da Comissão.

Paralelamente, a UE e a China continuam a trabalhar arduamente para explorar uma solução alternativa que teria de ser plenamente compatível com a OMC, adequada para fazer face às subvenções prejudiciais estabelecidas pela investigação da Comissão, controlável e executória.

Até 30 de outubro de 2024, deve ser publicado no Jornal Oficial um regulamento de execução da Comissão que inclua as conclusões definitivas do inquérito.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

A avaliação da Comissão revela os benefícios e as limitações da legislação em matéria de defesa do consumidor em linha

A Comissão Europeia publicou as conclusões do [balanço de qualidade da equidade digital](#), que avalia se a atual legislação da UE em matéria de defesa do consumidor é adequada à finalidade de assegurar um elevado nível de proteção no ambiente digital.

O balanço de qualidade abrange três diretivas fundamentais: a [Diretiva relativa às práticas comerciais desleais](#), a [Diretiva relativa aos direitos dos consumidores](#) e a [Diretiva relativa às cláusulas abusivas nos contratos](#). Os resultados mostram que estas regras continuam a ser pertinentes e necessárias para assegurar um elevado nível de proteção dos consumidores e um funcionamento eficiente do Mercado Único Digital. No entanto, também mostram que os consumidores se comportam de forma diferente em linha e fora de linha. Além disso, os desenvolvimentos tecnológicos e o aumento do rastreamento de comportamentos online permitem que as empresas persuadam os consumidores on-line de forma mais eficaz. Este facto sublinha a necessidade de regras melhor adaptadas às práticas prejudiciais e aos desafios específicos que os consumidores enfrentam em linha.

O relatório mostra que precisamos de tomar mais medidas para tornar o ambiente digital justo para os consumidores. O balanço de qualidade faz o balanço da situação e destaca os domínios a melhorar, que podem ser analisados e desenvolvidos no futuro. Não formula recomendações sobre o formato e o conteúdo exatos das futuras ações da Comissão.

Para mais informações, pode ler o [comunicado de imprensa](#) e as [perguntas e respostas online](#).



Educação

Mais alunos na UE estão a aprender várias línguas

Dominar [mais do que uma língua é uma vantagem](#), que não só expande a perspetiva de uma pessoa ao olhar para outra cultura, mas também cria oportunidades futuras no local de trabalho. Para esta competência, as escolas e as instituições de ensino são um dos primeiros parques infantis linguísticos.

Em 2022, 6,5 % dos [alunos do ensino](#) primário na [UE](#) aprendiam duas ou mais línguas estrangeiras.

O Luxemburgo foi o único país da UE onde a maioria dos alunos do ensino primário (79,6 %) estava a aprender duas ou mais línguas estrangeiras, um nível consideravelmente mais elevado do que nos restantes países. O Luxemburgo foi seguido pela Letónia (37,2 %), pela Grécia (34,9 %) e pela Estónia (33,6 %).

Entre 2013 e 2022, a percentagem de alunos do ensino primário na UE que aprendem pelo menos duas línguas estrangeiras aumentou de 4,6 % para 6,5 %. Os dados mostram que, em 18 países da UE, as percentagens aumentaram, ainda que modestamente. Os aumentos mais elevados registaram-se na Letónia (+22,3 pontos [percentuais](#) (p.p.)), na Finlândia (+14,9 p.p.), em Espanha (+9,2 p.p.) e na Grécia (+9,0 p.p.), enquanto os restantes não excederam 4,7 p.p..

Nos nove países da UE em que a percentagem diminuiu, a Polónia (-6,8 p.p.) e o Luxemburgo (-4,2 p.p.) registaram a queda mais significativa.

No ensino secundário inferior, em 2022, 60,7 % dos alunos aprendiam duas ou mais línguas estrangeiras.

Na Finlândia, este número chegou a 98,0% dos alunos, a percentagem mais elevada entre os países da UE. A Itália, a Grécia, Malta, a Estónia, a Roménia, o Luxemburgo e Portugal também registaram percentagens elevadas, variando entre 96,6 % e 92,9 %. As percentagens mais baixas foram observadas na Irlanda (6,1 %), na Hungria (6,6 %) e na Áustria (7,7 %).

Em comparação com 2013, a percentagem de alunos do ensino secundário inferior na UE que aprenderam pelo menos duas línguas estrangeiras aumentou de 58,4 % para 60,7 % em 2022.

Esta percentagem aumentou em 11 países da UE, tendo a Chéquia (+24,1 p.p.), a França (+21,8 p.p.) e a Bélgica (+18,5 p.p.) registado os aumentos mais elevados. Por outro lado, em 16 países da UE, a percentagem de alunos do ensino secundário inferior que aprendem pelo menos duas línguas estrangeiras diminuiu, variando entre -31,8 p.p. na Eslovénia, -31,7 p.p. na Polónia e -26,9 p.p. na Eslováquia, e -0,3 p.p. na Finlândia, -0,9 p.p. em Malta e -1,1 p.p. na Estónia e na Roménia.



Emprego e Demografia

Desemprego na área do euro: 6,4%

De acordo com os dados agora [publicados](#) pelo Eurostat, o Serviço de Estatística da União Europeia, em agosto de 2024, a taxa de desemprego corrigida de sazonalidade da área do euro situou-se em 6,4 %, mantendo-se estável em comparação com julho de 2024 e descendo face a 6,6 % em agosto de 2023. A taxa de desemprego na UE era de 5,9 % em agosto de 2024, contra 6,0 % em julho de 2024 e em agosto de 2023.

O Eurostat estima que 13 027 milhões de pessoas na UE, das quais 10 925 milhões na área do euro, estavam desempregadas em agosto de 2024. Em comparação com julho de 2024, o desemprego diminuiu 108 mil na UE e 94 mil na área do euro e em comparação com agosto de 2023, o desemprego diminuiu 142 mil na UE e 233 mil na área do euro.

Em agosto de 2024, 2 766 milhões de jovens (com menos de 25 anos) estavam desempregados na UE, dos quais 2 231 milhões na área do euro. Em agosto de 2024, a taxa de desemprego dos jovens era de 14,3 % na UE, contra 14,5 % em julho de 2024, e de 14,1 % na área do euro, contra 14,2 % no mês anterior.

Em comparação com julho de 2024, o desemprego dos jovens diminuiu 50 mil na UE e 31 mil na área do euro e em comparação com agosto de 2023, o desemprego dos jovens diminuiu 102 mil na UE e 128 mil na área do euro.



Energia

Comissão aprova regime de auxílio estatal polaco de 1,2 mil milhões de euros para apoiar investimentos em instalações de armazenamento de eletricidade destinadas a promover a transição para uma economia de impacto zero

A Comissão Europeia aprovou um regime polaco de 1,2 mil milhões de euros para apoiar investimentos em instalações de armazenamento de eletricidade destinadas a promover a transição para uma economia de impacto zero. O regime foi aprovado ao abrigo do [Quadro Temporário de Crise e Transição \(QTCT\)](#) em matéria de auxílios estatais, adotado pela Comissão em [9 de março de 2023](#) e alterado em [20 de novembro de 2023](#) e em [2 de maio de 2024](#).

A Polónia notificou à Comissão, ao abrigo do QTCT, um regime de 1,2 mil milhões de euros para apoiar a instalação de, pelo menos, 5,4 GWh de novas instalações de armazenamento de eletricidade, a fim de promover a transição para uma economia de impacto zero. O regime será financiado i) em parte pelo Fundo de Modernização e ii) em parte pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência («RRF»), na sequência da avaliação positiva do Plano de Recuperação e Resiliência da Polónia efetuada pela Comissão e da sua adoção pelo Conselho.

O regime visa reduzir a dependência do sistema de eletricidade polaco em relação aos combustíveis fósseis e facilitar a integração harmoniosa de fontes de energia renováveis variáveis no sistema nacional de eletricidade, apoiando a construção de instalações de armazenamento de eletricidade. O regime apoiará apenas instalações de armazenamento recém-instaladas com uma capacidade de, pelo menos, 4 MWh. As instalações apoiadas serão ligadas às redes de distribuição ou de transporte a todos os níveis de tensão. Os projetos serão selecionados pelo Estado-Membro através de um convite à apresentação de propostas.

Pode encontrar mais informações [aqui](#), assim como aceder à versão não confidencial da decisão que estará disponível sob o número de processo SA.112460 no [registo dos auxílios estatais](#) no [sítio Web da Comissão dedicado à concorrência](#), uma vez resolvidas as eventuais questões de confidencialidade.



Estado de Direito, Democracia e Cidadania

Pacote de procedimentos de infração de outubro: principais decisões

Regularmente, a Comissão Europeia toma decisões relativas a procedimentos de infração iniciados contra os Estados-Membros que não cumprem as obrigações que lhes são impostas pelo direito da UE. Essas decisões, que abrangem vários setores e domínios políticos da UE, visam assegurar a correta aplicação do direito da UE em benefício dos cidadãos e das empresas.

Pode consultar [aqui](#) as principais decisões tomadas pela Comissão relativas ao mês de **outubro** e por domínio político. A Comissão decidiu também encerrar 133 procedimentos, uma vez que os problemas identificados nos Estados-Membros em causa foram resolvidos sem que fosse necessário dar seguimento ao procedimento.

Para mais informações sobre os procedimentos de infração da UE, ver a secção [Perguntas Frequentes](#). Para mais informações sobre um processo específico, consultar o [registo de decisões sobre procedimentos de infração](#).



Habitação

Os preços da habitação e as rendas aumentaram no segundo trimestre de 2024

No segundo trimestre de 2024, os preços da habitação na [UE](#) aumentaram 1,9 % e as rendas 0,7 % em comparação com o primeiro trimestre de 2024.

Em comparação com o segundo trimestre de 2023, os preços da habitação aumentaram 2,9 %, enquanto as rendas aumentaram 3,0 %.

Estas informações [provêm](#) de dados sobre os [preços](#) da habitação e as [rendas](#) publicados pelo Eurostat. Este artigo apresenta as conclusões do artigo mais pormenorizado [Statistics Explained sobre estatísticas dos preços da habitação](#).

Os preços da habitação e as rendas na UE seguiram um padrão semelhante entre 2010 e o segundo trimestre de 2011, mas, desde então, evoluíram de forma diferente. Embora as rendas tenham aumentado de forma constante, os preços da habitação seguiram um padrão mais variável, combinando períodos de declínio seguidos de aumentos rápidos. Entre 2010 e o segundo trimestre de 2024, os preços da habitação aumentaram 52 % e as rendas 25 %.

Comparando o segundo trimestre de 2024 com 2010, entre os países da UE para os quais existem dados disponíveis, os preços da habitação aumentaram mais do que as rendas em 20 países. Os preços da habitação mais do que triplicaram na Estónia (+232%) e na Hungria (+218%) e mais do que duplicaram na Lituânia (+178%), Letónia (+146%), Chéquia (+131%), Áustria (+111%), Portugal (+106%), Luxemburgo (+103%) e Bulgária (+102%). Os preços da habitação não se alteraram em Chipre e diminuíram em Itália (-5%).

No mesmo período, as rendas aumentaram em 26 países da UE, com os aumentos mais elevados a registarem-se na Estónia (+203%), Lituânia (+178%), Irlanda (+106%) e Hungria (+104%). A única diminuição dos preços das rendas foi registada na Grécia (-18 %).



Igualdade de género, LGBTQI, Inclusão social e Migrações

Nova publicação sobre igualdade e não discriminação

O novo relatório [estatístico do Eurostat de 2024 sobre a igualdade e a não discriminação](#) na UE está agora disponível, apresentando os indicadores mais importantes neste domínio e refletindo o [empenho da União](#) Europeia em valores fundamentais como a igualdade, os direitos humanos, o pluralismo, a tolerância e a eliminação da discriminação.

A publicação apresenta uma seleção das principais estatísticas em matéria de igualdade e não discriminação para a UE no seu conjunto, bem como dados nacionais e [da EFTA](#). Inclui cinco capítulos que destacam potenciais desigualdades entre vários grupos sociais em diferentes domínios da vida (população, saúde, educação, mercado de trabalho e rendimento e condições de vida), e um capítulo centrado na violência baseada no género e na experiência de discriminação. Os dados são apresentados tendo em conta uma série de motivos de discriminação, como o sexo, a idade, a deficiência, a cidadania ou o país de origem.

Estas estatísticas valiosas não só ajudam a identificar as disparidades, como também são cruciais para a elaboração e o acompanhamento de políticas, sendo úteis para os governos, as organizações não governamentais e o público em geral.



Indústria

A Comissão decide intentar uma ação contra Portugal no Tribunal de Justiça da União Europeia tendo em vista a melhoria das regras nacionais em matéria de poluição provocada por atividades industriais

A Comissão Europeia [decidiu](#) intentar uma ação no Tribunal de Justiça da União Europeia contra Portugal [INFR(2022)2085] por não ter alinhado plenamente a legislação nacional com a Diretiva Emissões Industriais ([Diretiva 2010/75/UE](#)). As atividades industriais podem ter um impacto significativo no ambiente. A diretiva estabelece regras que incluem a prevenção ou a redução das emissões para a atmosfera, a água e o solo, bem como a prevenção da produção de resíduos.

O [Pacto Ecológico Europeu](#), com a sua [ambição de poluição zero](#), apela à redução da poluição do ar, da água e do solo para níveis considerados não nocivos para a saúde humana e os ecossistemas naturais. A plena aplicação da Diretiva Emissões Industriais é fundamental para alcançar esta ambição.

No entanto, Portugal não harmonizou plenamente as definições de «substâncias perigosas» e de «instalação existente» constantes da legislação nacional com a diretiva. Além disso, Portugal não definiu com clareza as obrigações impostas aos operadores de instalações industriais nem as exigências para que as autoridades competentes tomem as medidas adequadas em caso de incidentes ou acidentes. Não foram transpostos para o direito nacional determinados requisitos relativos ao reexame e atualização das condições de licenciamento, ao teor da licença para instalações de incineração de resíduos, à avaliação do cumprimento dos valores-limite de emissão e às informações que devem ser apresentadas no caso de uma instalação com prováveis efeitos transfronteiriços significativos.

A Comissão enviou uma notificação para cumprir a Portugal em setembro de 2022, seguida de um parecer fundamentado em setembro de 2023. Embora a Comissão tenha aceite algumas explicações fornecidas por Portugal relativamente a algumas das motivações

inicialmente expostas, as autoridades portuguesas não deram resposta a todas as motivações. A Comissão considera que os esforços das autoridades portuguesas foram até à data insuficientes, pelo que decidiu intentar uma ação contra Portugal no Tribunal de Justiça da União Europeia.

A Diretiva Emissões Industriais garante uma abordagem integrada da gestão das emissões industriais, bem como requisitos uniformes de desempenho ambiental aplicáveis às instalações industriais em toda a União.

Estão pendentes processos semelhantes relativos à Chéquia, Alemanha, Irlanda, Croácia, Áustria e Polónia. Outros casos relativos à Bulgária, Grécia, Roménia, Eslovénia e Eslováquia foram resolvidos e encerrados.

As disposições foram reforçadas na recente [revisão](#) da diretiva, sendo modernizada a forma como as autoridades nacionais e locais concedem licenças para instalações que constituem uma fonte importante de poluição na UE. Os Estados-Membros têm de transpor a diretiva revista até 1 de julho de 2026.



Audições do Parlamento Europeu com os comissários indigitados terão início em 4 de novembro

As audições terão início em 4 de novembro e decorrerão até 12 de novembro. A Conferência dos Presidentes [decidiu](#) igualmente sobre a [repartição de responsabilidades entre as comissões](#) para as audições de confirmação. O calendário pormenorizado do Comissário indigitado será ouvido e a que horas será decidida pela Conferência dos Presidentes na sua próxima reunião.

O Parlamento Europeu convida os comissários indigitados a comparecerem perante as comissões competentes para audições, a fim de verificar se são adequados para os cargos para os quais foram destacados.

A Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, declarou: «As audições dos Comissários indigitados constituem um momento importante para a democracia europeia. Os membros do Parlamento Europeu examinarão minuciosamente a competência, a independência e o empenhamento europeu de cada candidato antes de votarem no Colégio no seu conjunto. A democracia não cortará caminhos. Com uma nova legislatura surgem novas expectativas. Com razão, os cidadãos querem soluções para as suas preocupações. O Parlamento Europeu continuará a desempenhar o seu papel para garantir que a nossa União Europeia apresenta resultados.»

Antes das audições, a Comissão dos Assuntos Jurídicos do Parlamento examina as declarações de interesses dos comissários indigitados. Para que um comissário indigitado possa participar numa audição, não deve haver conflitos de interesses.

Dependendo da pasta, um comissário indigitado pode ser avaliado por uma comissão parlamentar (comissão competente) ou por mais do que uma comissão (comissões mistas). Outras comissões podem ser convidadas a participar, o que significa que podem contribuir com perguntas orais, enquanto a avaliação final dos candidatos cabe aos coordenadores da(s) comissão(ões) responsável(is).

As audições serão seguidas de reuniões em que o presidente da comissão e os representantes dos grupos (coordenadores) das várias comissões avaliarão se um comissário indigitado possui qualificações tanto para ser membro do Colégio como para desempenhar as funções específicas que lhe foram atribuídas.

Uma vez concluídas todas as audições, a Conferência dos Presidentes das Comissões avaliará o resultado das audições de confirmação e transmitirá as suas conclusões à Conferência dos Presidentes. Este último conduzirá a avaliação final e decidirá se encerra as audições.

Após a conclusão das audições, a Presidente eleita da Comissão, Ursula von der Leyen, apresentará o Colégio de Comissários na íntegra e o seu programa em sessão plenária.

A sua declaração será seguida de um debate, podendo qualquer grupo político ou, pelo menos, um vigésimo dos deputados (limiar baixo) apresentar uma proposta de resolução.

A Comissão necessita da aprovação do Parlamento (por maioria dos votos expressos, por votação nominal), e uma vez eleita pelo Parlamento, a Comissão é formalmente nomeada pelo Conselho Europeu, deliberando por maioria qualificada.

Eurobarómetro: custo de vida é a maior preocupação dos europeus

O Parlamento Europeu já [publicou](#) o “Inquérito Pós-Eleitoral UE 2024”, que analisa o comportamento eleitoral e as principais prioridades dos cidadãos da UE.

O aumento dos preços e do custo de vida (42%) e a conjuntura económica (41%) foram os temas que mais motivaram os europeus a votar nas eleições europeias, em junho. Um terço dos eleitores (34%) afirma que a situação internacional foi um dos motivos que os incentivou a votar, enquanto uma percentagem semelhante menciona a defesa da democracia e do Estado de direito (32%). Os que não votaram também indicam o custo de vida (46%) e a situação económica (36%) como motivos que poderiam tê-los incentivado a participar nas eleições.

Também em Portugal, o aumento dos preços e o custo de vida (59%) foi o tema que mais encorajou os portugueses a votar nestas eleições europeias, com a proteção social, a previdência social e o acesso a cuidados de saúde a assumir o segundo lugar (51%).

O apoio à UE e confiança na democracia parlamentar continuam a ser elevados, tendo os resultados do inquérito indicado que os europeus estão otimistas quanto ao futuro da UE (65%) e que continuam a ter uma imagem positiva da UE (48%), com apenas 16% a declarar ter uma imagem negativa. A pertença à UE é também encarada de forma favorável. Sete em cada dez (70%) europeus consideram que o seu país beneficiou da adesão à UE, um número que se tem mantido estável nos últimos anos. No conjunto da UE, as quatro principais razões pelas quais a adesão é considerada benéfica são: maior cooperação entre os Estados-Membros (36%), proteção da paz e reforço da segurança (32%), contribuição da UE para o crescimento económico (28%) e criação de novas oportunidades de trabalho (24%).

Em Portugal, a imagem da União Europeia assume resultados ainda mais favoráveis: 75% afirmam ter uma imagem muito positiva, e apenas 5% uma imagem negativa. Os portugueses mostram-se otimistas quanto ao futuro da UE (77%), e também acreditam beneficiar mais da adesão da UE do que o conjunto dos cidadãos europeus, com 90% a considerá-la benéfica para Portugal. O principal motivo que leva os portugueses a pensar que o país beneficiou da adesão à UE é a perceção de que esta lhe dá uma voz mais forte no mundo (39%), seguido da contribuição da UE para o crescimento económico em Portugal (36%).

A confiança na democracia parlamentar europeia é particularmente elevada neste início da décima legislatura do Parlamento Europeu: 42% dos cidadãos têm uma imagem positiva do Parlamento Europeu - o resultado mais elevado alguma vez registado para este indicador. No caso de Portugal, a imagem positiva do Parlamento Europeu neste início de legislatura é ainda mais elevada (70%).

Os resultados completos do inquérito podem ser consultados [aqui](#).



Juventude

Comissão distribui 35 500 passes de viagem DiscoverEU gratuitos aos jovens

A partir da próxima primavera, milhares de jovens de 18 anos terão a [oportunidade de explorar a Europa sem custos](#). A Comissão acaba [de abrir as candidaturas](#) para a última ronda da iniciativa DiscoverEU.

Um total de 35.500 passes de viagem estão disponíveis. Para serem elegíveis, os jovens nascidos entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2006 devem responder primeiro a um questionário composto por cinco perguntas sobre a UE, juntamente com uma pergunta adicional no [Portal Europeu da Juventude](#). Os candidatos serão classificados com base nas suas respostas e os passes de viagem serão distribuídos com base nesta classificação. O convite está aberto a jovens da União Europeia e de [países associados ao programa Erasmus+, incluindo a Islândia, o Listenstaine, a Macedónia do Norte, a Noruega, a Sérvia e a Turquia](#). O convite está aberto até às 12h00 (hora da Europa Central) de 16 de outubro.

Os candidatos selecionados terão a oportunidade de viajar por toda a Europa por um período máximo de 30 dias entre 1 de março de 2025 e 31 de maio de 2026. Podem planear os seus próprios itinerários ou inspirar-se nos itinerários já existentes, como o [«Feel Good Route»](#), que se centra na saúde física e mental durante as viagens. Os participantes podem também inspirar-se na [Rota Cultural DiscoverEU](#), uma iniciativa do Ano Europeu da Juventude 2022, que liga vários destinos culturais, com destaque para a arquitetura, a música, as belas-artes, o teatro, a moda e o design. Podem visitar as [Capitais Europeias da Cultura](#), [sítios da Lista do Património Mundial da UNESCO](#), [sítios da Marca do Património Europeu](#) ou [sítios da Marca da Cidade Acessível](#), que são cidades que concentram os seus esforços em tornar-se mais acessíveis às pessoas com deficiência.

Além do passe de viagem gratuito, os participantes também receberão um [cartão de desconto](#) com mais de 40 mil ofertas em transportes públicos, cultura, alojamento, alimentação, desporto e outros serviços. Além disso, [as agências nacionais Erasmus+](#) organizam reuniões de informação antes da partida e [encontros DiscoverEU](#), programas de aprendizagem com a duração de um a três dias.

Está disponível apoio especial para participantes com deficiência ou problemas de saúde, em consonância com a ênfase dada pelo programa Erasmus+ à inclusão social. A [ação de inclusão DiscoverEU](#) permite que as organizações que trabalham com jovens com menos oportunidades se candidatem a subvenções, prestando apoio adicional aos participantes, como financiamento adicional e a opção de viajar com acompanhantes. Embora a iniciativa DiscoverEU incentive viagens sustentáveis de comboio, estão disponíveis [disposições especiais](#) para os jovens das regiões ultraperiféricas, dos condados e territórios ultramarinos, das zonas remotas e das ilhas.



Mar e Pescas

Comissão toma medidas para reduzir as capturas acidentais de golfinhos e pequenos cetáceos no golfo da Biscaia com base na recomendação dos Estados-Membros

A Comissão [aplicou](#) uma recomendação conjunta acordada entre a França, a Espanha, Portugal e a Bélgica através de um ato delegado que assegura medidas regionais no Golfo da Biscaia para 2025 para evitar capturas acidentais de golfinhos e outros pequenos cetáceos causadas pela pesca.

Este ato será agora apresentado ao Parlamento Europeu e ao Conselho por um período de controlo de dois meses. Se o Parlamento Europeu e o Conselho não formularem objeções, as medidas entrarão em vigor a tempo do encerramento do golfo da Biscaia aos navios de pesca com mais de oito metros, a partir de 22 de janeiro e até 20 de fevereiro de 2025.

Prevê-se que o encerramento afete cerca de 300 navios da UE, de acordo com dados preliminares fornecidos pelos Estados-Membros em causa.

Os navios em causa, que vão desde certas redes de arrasto de pelágicos e demersais até cercadores e redes pesca, serão obrigados a permanecer no porto para evitar capturas acidentais de pequenos cetáceos durante o inverno, que foi identificado pelos cientistas como um período de alto risco para as capturas acessórias.

Para além do encerramento da pesca durante um mês, as medidas incluem a utilização obrigatória de dispositivos acústicos de dissuasão para todas as redes de arrasto pelágico de águas médias e as redes de arrasto duplo para demersais. As medidas incluem também um programa de monitorização específico para os pequenos cetáceos durante todo o ano, através de observadores a bordo e de câmaras a bordo, com uma monitorização reforçada durante o período de alto risco numa base voluntária.



Mobilidade

Comissão Europeia e Canadá assinam acordo sobre a transferência do registo de dados sobre o nome do passageiro

À margem da reunião do G7, a Comissária Johansson assinou um acordo para a transferência dos dados dos registos de identificação dos passageiros (PNR) nos voos entre a UE e o Canadá, juntamente com o Ministro canadiano da Segurança Pública, das Instituições Democráticas e dos Assuntos Intergovernamentais, Dominic Leblanc. Os dados PNR são informações fornecidas pelos passageiros e recolhidas pelas companhias aéreas no decurso normal da sua atividade. A sua utilização e análise são um instrumento essencial para combater o terrorismo e a criminalidade grave e organizada, incluindo o tráfico de droga e a exploração infantil.

Cabe agora ao Parlamento Europeu e ao Conselho dar a sua aprovação antes da celebração do presente acordo. Quando o acordo estiver concluído e entrar em vigor, permitirá ao Canadá e aos Estados-Membros da UE trocar informações sobre passageiros pelas transportadoras aéreas que operam entre si. Este intercâmbio de informações reforçará a cooperação policial entre a UE e o Canadá. Ao mesmo tempo, o novo acordo estabelece normas elevadas de segurança, privacidade e proteção de dados.

A UE já assinou acordos que permitem às transportadoras da UE transferir dados PNR para os Estados Unidos e a Austrália. Este acordo é mais um passo no compromisso da Comissão Europeia de reforçar a cooperação policial com base nos valores comuns dos direitos fundamentais.

Pode rever [aqui](#) a cerimónia da assinatura do acordo.



Proteção Civil

Segundo um recente inquérito Eurobarómetro, os europeus consideram que precisam de mais informações para se prepararem para situações de emergência

A Comissão Europeia [publicou](#) os resultados de um inquérito de opinião que revela que a maioria dos cidadãos da UE considera necessitar de mais informações para se preparar para catástrofes e emergências. Além disso, as respostas revelam que os cidadãos se sentem sobretudo expostos a riscos associados ao impacto das alterações climáticas, mas também a riscos sociais e de segurança.

O recente inquérito Eurobarómetro Especial perguntou às pessoas nos 27 Estados-Membros qual a sua perceção da exposição aos riscos de catástrofes, o seu nível de conhecimentos e as fontes que utilizam para obter informações sobre os riscos de catástrofes. O inquérito perguntou também às pessoas até que ponto estão bem preparadas para catástrofes e em que medida confiam nos serviços de emergência e nas autoridades.

As pessoas em 17 Estados-Membros sentem-se mais expostas a fenómenos meteorológicos extremos, como tempestades, secas e vagas de calor. Os inquiridos sentem-se mais expostos a incêndios florestais em Portugal e Chipre e a inundações na Bulgária. As respostas foram notavelmente diferentes na Suécia, Dinamarca e Chéquia, onde as ameaças de cibersegurança estão no topo da lista. Na Alemanha, as tensões políticas ou geopolíticas, na Estónia as perturbações de infraestruturas críticas e na Finlândia as emergências de saúde humana estão no topo da lista da exposição pessoal.

A nível da UE, quase dois terços dos inquiridos afirmaram necessitar de mais informações para se prepararem para catástrofes e emergências. Além disso, mais de um terço dos cidadãos afirmou ter dificuldades em encontrar informações relevantes junto das autoridades públicas e dos serviços de emergência.

O inquérito revela ainda que quase quatro em cada dez pessoas não dispõem de tempo nem de recursos financeiros para se prepararem para catástrofes ou emergências.

Os cidadãos da UE confirmaram igualmente que confiam nos serviços de emergência para lidar com situações de catástrofe e fornecer informações e alertas. Ao mesmo tempo, dizem que uma melhor preparação aumentará a sua resiliência individual.

Em relação ao papel das comunidades, a pesquisa revela que as pessoas dependem em grande parte de familiares e amigos para lidar com um desastre, ainda mais do que de serviços de emergência, ONGs e autoridades locais ou agências governamentais. Quase dois terços dos cidadãos da UE afirmam nunca ter participado em trabalho voluntário para apoiar organizações de resposta a emergências ou iniciativas de base comunitária para aumentar a resiliência a catástrofes, enquanto apenas 7 % estão atualmente envolvidos no mesmo tipo de trabalho.



Regiões Ultraperiféricas

Relatório sobre a aplicação da Comunicação: Prioridade às pessoas, garantir um crescimento sustentável e inclusivo e libertar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE

O relatório apresenta os progressos significativos realizados pela Comissão na execução da Estratégia UE 2022 para as regiões ultraperiféricas, juntamente com estas regiões e os seus Estados-Membros. O relatório mostra que a Comissão cumpriu o seu compromisso de refletir as especificidades das regiões ultraperiféricas em propostas legislativas, iniciativas políticas e programas, em todas as políticas da UE, desde a política de coesão até, por exemplo, transportes, conectividade digital, agricultura, pescas, auxílios estatais, clima, ambiente, comércio, etc.

A Comissão criou igualmente oportunidades específicas para as regiões ultraperiféricas em vários programas da UE de apoio à biodiversidade, à adaptação às alterações climáticas, ao turismo costeiro, à juventude ou à cultura. Além disso, a Comissão desenvolveu um instrumento de aconselhamento específico para apoiar estas regiões e seminários sobre programas concorrenciais da UE, dos quais as regiões ultraperiféricas beneficiam cada vez mais.

O documento de trabalho dos serviços da Comissão «Papel da política de coesão na aplicação da comunicação» que acompanha o relatório ilustra o apoio fundamental da política de coesão nas regiões ultraperiféricas, centrado em setores selecionados onde as necessidades são maiores e o impacto mais significativo.

Pode aceder [aqui](#) ao Relatório e Documento de Trabalho publicados pela Comissão Europeia.



Saúde

Desafios e oportunidades atuais para combater a obesidade

Neste [documento](#) preparado pelo Departamento Político de Políticas Económicas, Científicas e de Qualidade de Vida a pedido da Subcomissão de Saúde Pública (SANT) do Parlamento Europeu, são apresentados os desenvolvimentos e desafios atuais na prevenção e gestão da obesidade na União Europeia. A análise fornece uma visão geral da doença, enfatiza a importância de projetar ambientes de apoio nos esforços de prevenção e apresenta um argumento para melhorar as qualificações dos cuidados de saúde prestados às pessoas que vivem com obesidade.

Comissão Europeia promete 260 milhões de euros à Gavi para 2026-2027 e mais de 200 milhões de euros em ajuda humanitária adicional

A Comissão Europeia [anuncia](#) um novo compromisso de financiamento de 260 milhões de euros à Gavi, a Aliança para as Vacinas, para os anos 2026-2027. Os fundos contribuirão para o objetivo da Gavi para 2030 de ajudar a proteger 500 milhões de crianças em todo o mundo, fortalecer os sistemas de imunização e aumentar a segurança sanitária global, aumentando a prontidão para responder a surtos de doenças.

A presidente Von der Leyen também prometeu 213 milhões de euros em ajuda humanitária adicional para África, Afeganistão, palestinianos e Venezuela. O financiamento – atualmente sujeito à aprovação da autoridade orçamental – contribuirá igualmente para a luta contra a insegurança alimentar nestas regiões. Deste montante total, 69 milhões de euros serão atribuídos ao Sudão e aos países vizinhos, em resposta às terríveis consequências humanitárias da guerra no Sudão.



Tecnologia e Informática

Comissão envia pedidos de informações ao YouTube, ao Snapchat e ao TikTok sobre sistemas de recomendação ao abrigo do Regulamento dos Serviços Digitais

A Comissão [enviou](#) um pedido de informações ao YouTube, ao Snapchat e ao TikTok ao abrigo do Regulamento dos Serviços Digitais (RSD), solicitando às plataformas que forneçam mais informações sobre a conceção e o funcionamento dos seus sistemas de recomendação.

Nos termos do RSD, as plataformas têm de avaliar e atenuar adequadamente os riscos decorrentes dos seus sistemas de recomendação, incluindo os riscos para a saúde mental dos utilizadores e a divulgação de conteúdos nocivos decorrentes da conceção destes algoritmos baseada no envolvimento.

A Comissão solicita ao YouTube e ao Snapchat que forneçam informações pormenorizadas sobre os parâmetros utilizados pelos seus algoritmos para recomendar conteúdos aos utilizadores, bem como sobre o seu papel na amplificação de determinados riscos sistémicos, incluindo os relacionados com o processo eleitoral e o discurso cívico, o bem-estar mental dos utilizadores (por exemplo, comportamentos aditivos e conteúdos «buracos de coelho») e a proteção dos menores. As perguntas dizem igualmente respeito às medidas das plataformas para atenuar a potencial influência dos seus sistemas de recomendação na propagação de conteúdos ilegais, como a promoção de drogas ilegais e o discurso de ódio.

Foi solicitado ao TikTok que fornecesse mais informações sobre as medidas que adotou para evitar a manipulação do serviço por intervenientes mal-intencionados e para atenuar os riscos relacionados com as eleições, o pluralismo dos meios de comunicação social e o discurso cívico, que podem ser amplificados por determinados sistemas de recomendação.

O YouTube, o Snapchat e o TikTok devem fornecer as informações solicitadas até 15 de novembro. Com base na avaliação das respostas, a Comissão avaliará as próximas etapas. Tal poderá implicar a abertura formal de um processo nos termos do artigo 66.º do Regulamento dos Serviços Digitais.

Nos termos do artigo 74.º, n.º 2, do Regulamento dos Serviços Digitais, a Comissão pode aplicar coimas por informações incorretas, incompletas ou enganosas em resposta a pedidos de informações. Em caso de ausência de resposta, a Comissão pode emitir um pedido formal mediante decisão. Neste caso, a falta de resposta dentro do prazo pode conduzir à aplicação de sanções pecuniárias compulsórias.

A Comissão centrou-se na conformidade com as disposições do RSD relativas aos sistemas de recomendação desde a entrada em vigor do RSD. Entre outros aspetos, os sistemas de recomendação são uma parte essencial dos processos formais por incumprimento instaurados contra [o TikTok](#), [o AliExpress](#), [o Facebook](#) e [o Instagram](#).

Segundo relatório sobre o estado da Década Digital apela a uma ação coletiva reforçada para impulsionar a transformação digital da UE

A Comissão publicou o segundo relatório sobre o estado da Década Digital, que apresenta uma panorâmica abrangente dos progressos realizados na tentativa de alcançar os objetivos e metas digitais estabelecidos para 2030 [pelo Programa Década Digital](#). Este ano, pela primeira vez, o relatório é acompanhado de uma análise dos [roteiros estratégicos](#) nacionais para a Década Digital apresentados pelos Estados-Membros, especificando as medidas, as ações e o financiamento nacionais previstos para contribuir para a transformação digital da UE.

A análise da Comissão mostra que, no cenário atual, os esforços coletivos dos Estados-Membros ficarão aquém do nível de ambição da UE. As lacunas identificadas incluem a necessidade de investimentos adicionais, tanto a nível da UE como a nível nacional, em especial nos domínios das competências digitais, da conectividade de elevada qualidade, da adoção da inteligência artificial (IA) e da análise de dados pelas empresas, da produção de semicondutores e dos ecossistemas de empresas em fase de arranque.

Tanto a UE como os Estados-Membros têm um papel importante a desempenhar na aplicação do novo quadro jurídico, tomam medidas para promover a divulgação das tecnologias digitais e asseguram que os seus cidadãos dispõem de competências digitais adequadas para beneficiarem plenamente da transformação digital. É por esta razão que o relatório deste ano apela a uma ação reforçada para que os Estados-Membros sejam mais ambiciosos, uma vez que a consecução dos objetivos da Década Digital no domínio das infraestruturas digitais, das empresas, das competências e dos serviços públicos é fundamental para a futura prosperidade económica e coesão social da UE.

Neste contexto, a Comissão atualizou igualmente as recomendações específicas por país e transversais dirigidas a cada Estado-Membro da UE, a fim de colmatar as lacunas identificadas.

Os Estados-Membros terão agora de rever e ajustar os seus roteiros nacionais para se alinharem com a ambição do programa Década Digital até 2 de dezembro de 2024. Tal como estabelecido no DDPP, a Comissão acompanhará e avaliará a aplicação destas recomendações e apresentará um relatório sobre os progressos realizados no próximo relatório sobre o estado da Década Digital, em 2025.

Pode encontrar mais informação sobre este segundo relatório e as recomendações [aqui](#).

Mais no Parlamento Europeu:

Calendário para 2024 e 2025.



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Açores



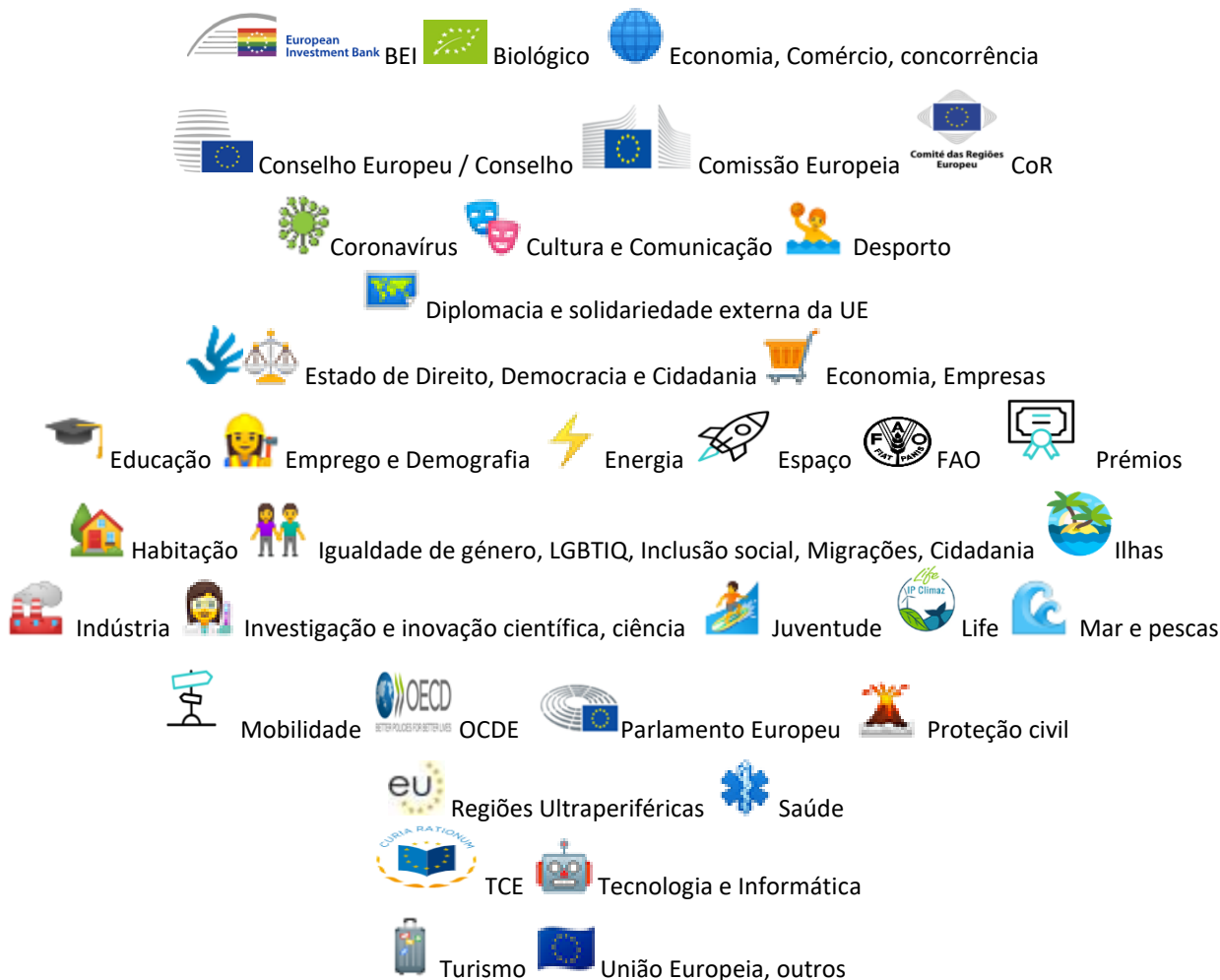
Agricultura, Alimentação e Ruralidade



Ambiente



Coesão e solidariedade interna da UE



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa **Política de Privacidade** – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!